

QUANDO NÃO SE PROCURA
CORRIGIR OS PEQUENOS
DEFEITOS RESVALA-SE
POUCO A POUCO
PARA OS MAIORES
(Imitação de Jesus Cristo)

Fundador: Carlos de Lima Cavalcanti - Recife, quinta - feira, 17 de abril de 2025 - ANO XXIV Nº 26.801 DIRETORA: BEATRIZ GOUVEIA

Conselho do FGTS aprova nova faixa do Minha Casa, Minha Vida para classe média

Governo amplia programa para atender famílias com renda de até R\$ 12 mil. Modalidade permite adquirir imóveis de até R\$ 500 mil, com 420 meses de prazo e juros mais baixos

Anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 3 de abril durante o evento "O Brasil Dando a Volta por Cima", a nova faixa do Minha Casa, Minha Vida para famílias com renda mensal até R\$ 12 mil foi aprovada pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) nesta terça, 16 de abril.

Corrigimos limites de renda, criamos o Minha Casa, Minha Vida – Classe Média e seguimos com o compromisso de mostrar que é um programa para todos"

Hailton Madureira, secretário executivo do Ministério das Cidades

A linha de financiamento prevê condições facilitadas de crédito, como prazos de pagamento de até 420 meses e juros nominais de 10% ao ano, abaixo dos praticados pelo mercado. A proposta prevê aquisição de imóveis de até R\$ 500 mil. A expectativa é beneficiar cerca de 120 mil famílias em 2025.

Além de criar a faixa 4, para a classe média, a reunião do Conselho Curador delimitou ajustes em outras linhas do Minha Casa, Minha Vida.

Confira:

FAIXA 1 E 2 – Os limites para as Faixas 1 e 2 do FGTS



foram reajustados, de modo a favorecer o maior número de beneficiados possível. A Faixa 1 foi elevada de R\$ 2.640 para passar a atender famílias com renda de até R\$ 2.850, enquanto a Faixa 2 subiu o limite de renda familiar de R\$ 4.400 para até R\$ 4.700.

FAIXA 3 – A ampliação da Faixa 3 elevou o teto de renda de R\$ 8 mil para R\$ 8,6 mil mensais e permite a aquisição de imóveis de até R\$ 350 mil, com juros entre 7,66% e 8,16% ao ano. A medida prevê incluir 15 mil novas famílias nessa faixa ainda em 2025.

REDUÇÃO NOS JUROS – Mais de 100 mil famílias devem ser beneficiadas com a redução nas taxas de juros, de até 1,16 ponto percentual, e 20 mil passarão a acessar os

subsídios do FGTS.

R\$ 15 BILHÕES – O plano prevê a mobilização de R\$ 15 bilhões do FGTS, que deverão ser aplicados em conjunto com outros R\$ 15 bilhões captados por instituições financeiras habilitadas. Ao todo, o público da nova faixa, com foco na classe média, poderá contar com R\$ 30 bilhões em recursos para financiamento habitacional. A expectativa é que as medidas sejam oficialmente implementadas até maio.

"Corrigimos limites de renda, criamos o Minha Casa, Minha Vida – Classe Média e seguimos com o compromisso de mostrar que é um programa para todos", afirmou o secretário executivo do Ministério das Cidades, Hailton Madureira.

"Nós reafirmamos o papel central da política habitacional do país, promovendo inclusão e acesso à moradia digna para milhões de brasileiros", acrescentou o secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Augusto Rabelo.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Francisco Macena, o FGTS está cumprindo a função de financiar a habitação, sempre com a atenção à sustentabilidade do fundo. "É um grande passo para a habitação e para a inclusão de famílias que estão afastadas da habitação popular", argumentou.

BALANÇO - Até dezembro de 2024, foram contratadas 1,3 milhão de novas moradias do Minha Casa, Minha Vida, com investimento total de R\$ 190 bilhões. Até o início do novo PAC, muitas obras estavam paralisadas ou em ritmo lento. Desde então, mais de 43 mil moradias que estavam nessa condição foram entregues, beneficiando cerca de 173 mil pessoas que agora têm um lar seguro e digno.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Foto: Ricardo Stuckert / PR

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dólar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

Governo de Pernambuco, junto ao Instituto Recicleiros, lança projeto para ampliar a coleta seletiva e reciclagem em todo estado

Com investimento de quase R\$ 30 milhões, iniciativa vai oferecer, por exemplo, capacitação gratuita sobre reciclagem para os 184 municípios pernambucanos e Fernando de Noronha

Em mais um passo estratégico em direção ao fortalecimento da sustentabilidade e da inclusão social, a governadora Raquel Lyra, em parceria com o Instituto Recicleiros, lançou o Recicla+Pernambuco, projeto que visa ampliar a coleta seletiva e qualificar a gestão de resíduos sólidos em todo o território estadual. A solenidade de assinatura do termo de fomento para instituir a iniciativa foi realizada nesta terça-feira (15), no Palácio do Campo das Princesas, no Recife. A ação contempla investimentos da ordem de R\$ 30 milhões, sendo R\$ 20,9 milhões oriundos do Governo do Estado e cerca de R\$ 9 milhões que serão captados pelo Instituto junto a fontes complementares, como fundos não reembolsáveis, logística reversa e leis de incentivo à reciclagem.

"É um trabalho integrado, oferecendo a capacitação sobre reciclagem a gestores públicos nos 184 municípios pernambucanos. Além disso, um projeto pioneiro será feito em quatro cidades pernambucanas, escolhidas ao longo desse processo, para que possamos implantar ações de coleta seletiva e galpões de triagem, de reciclagem, para aproximar esse agente de proteção do nosso meio ambiente daqueles que compram esses serviços, como grandes indústrias de produção. O Recicla+Pernambuco, junto ao Instituto Recicleiros, é a iniciativa pioneira para que a gente possa trabalhar mais reciclagem, garantir economia circular e permitir que o nosso Estado possa crescer de maneira justa e sustentável", ressaltou a governadora Raquel



Lyra.

Por meio do projeto, será disponibilizado um processo de qualificação gratuita e online para agentes municipais dos 184 municípios de Pernambuco e Fernando de Noronha, através da plataforma Academia Recicleiros do Gestor Público. Eles vão poder aprender sobre o tema e repassar à gestão. Também estão previstas oficinas presenciais em quatro regiões do Estado, voltadas à formação de gestores e ao desenvolvimento de políticas públicas municipais de coleta seletiva e reciclagem.

Além da qualificação, serão selecionados quatro municípios ou consórcios para implantação completa do sistema de coleta seletiva. As cidades escolhidas receberão unidades de processamento de materiais recicláveis (UPMRs), assessoria técnica especializada, campanhas de engajamento da população, maquinário, reforma de espaços físicos e apoio à formação de cooperativas de catadores. Os municípios participantes deverão assumir a regulamentação local da política de resíduos sólidos e os custos operacionais das etapas de coleta, transporte e processamento dos materiais recicláveis.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), apenas 15 dos 184 municípios pernambucanos têm o serviço de coleta seletiva implantado. Para a secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha, Ana Luiza Ferreira, o projeto chega como uma política

pública estruturadora, construída para apoiar os municípios e reverter este cenário. "Lançamos um chamamento público. Depois de passar as fases de seleção, assinamos com o Instituto Recicleiros. A proposta é incubar quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis, oferecendo formação técnica, jurídica e gerencial, além de garantir renda mínima de um salário mínimo e direitos previdenciários para até 200 trabalhadores e suas famílias", frisou a secretária.

O projeto será implantado com base na expertise do Instituto Recicleiros, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com 18 anos de atuação no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a gestão de resíduos sólidos no Brasil. "Acreditamos que a qualificação da gestão municipal é o caminho para atrair investimentos e garantir a sustentabilidade da cadeia de reciclagem. Pernambuco dá um exemplo ao país ao apostar em uma política sistêmica e inovadora", destacou Erich Burger, diretor institucional do Instituto Recicleiros.

Para Luiz Mauro Paulinho, presidente da cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (Coocencipec), a novidade traz alegria para quem faz da reciclagem o meio de sobrevivência. "Eu vejo isso com grande honra. O catador que estava esquecido, agora se levanta, mostrando a sua capacidade. A gente precisava de uma política séria como esta", pontuou. Também presente no lançamento, o deputado estadual Pastor Cleiton Collins elogiou a

iniciativa. "Que todos os municípios sejam alcançados e que a gente pare de ter desperdício de lixo, porque o lixo também traz riquezas e oportunidades", disse.

O município de Serra Talhada é um dos exemplos de sucesso na aplicação do modelo defendido pelo projeto. A prefeita Márcia Conrado destacou os avanços conquistados em parceria com o Instituto Recicleiros. "Hoje temos no nosso município uma unidade estruturada com cooperados e uma gestão que virou referência. E agora fazemos parte de uma política que tem tudo para transformar o cenário da reciclagem em Pernambuco", afirmou. Já o prefeito de Aliança, Pedro Freitas, comentou sobre o interesse em participar do programa. "Estou muito feliz por poder enxergar essa alternativa. Isso demonstra a seriedade do Governo do Estado, que não faz nenhum tipo de distinção e coloca essa política à disposição de todos", registrou.

Municípios e consórcios interessados em participar do processo seletivo para o Recicla+Pernambuco devem realizar o cadastro no site: <https://conteudos.recicleiros.org.br/r/eciclapernambuco>.

Estavam presentes no lançamento os secretários Simone Nunes (Desenvolvimento Urbano e Habitação), Joanna Figueiredo (Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência), Yanne Teles (Criança e Juventude); o deputado estadual Antonio Coelho; os prefeitos Araújo (Amaraji), Beto do Sargento (Belém de Maria), Galego de Nanai (Cabrobó), Sandro Advogado (Chã Grande), Fátima Borba (Cortês), Simão Durando (Petrobrina), Orlando Jorge (Limoeiro), Miruca (Água Preta), Paulo Galvão (Itamaracá), Irmão Aluizio (Tracunhaém), Júnior de Beto (Palmares), Múcio (Parnamirim), Pollyanna Abreu (Sertânia), Silvestre (Passira), Mayco da Farmácia (Solidão), Giba (Flores), Carol Jordão (Ribeirão), Aninha da Ferbom (Nazaré da Mata) e Izalta (Ibirajuba). Também participaram da solenidade José de Anchieta, diretor-presidente da CPRH; Socorro Cavalcanti, reitora da Universidade de Pernambuco, e Anísio Coelho, vice-presidente da Fiepe.

Fonte: Imprensa PE
Foto: Hesiodo Góes/Secom

Diário da Manhã

O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927
FUNDADOR: CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

DIRETORA SUPERINTENDENTE
E REDATORA CHIEF
BENITA GOUVEIA DE MEBELLES

DIRETORA PRESIDENTE
BEATRIZ DE GOUVEIA

DIRETOR COMERCIAL
HELENO F. GOUVEIA FILHO

RUA BARROS BARRETO, Nº 16
- SANTO AMARO - RECIFE-PE

AS MATERIAS E/OU ARTIGOS ASSINADOS SÃO
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS SEUS
AUTORES, NÃO CONDIZENDO,
NECESSARIAMENTE, COM A OPINIÃO DO
JORNAL. OS COLABORADORES NÃO TEM
VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O JORNAL

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dólar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

Treinador de futebol é preso por crimes sexuais contra meninos em Goiás

Ao menos seis meninos, a maioria em situação de vulnerabilidade social, formalizaram queixas contra o homem, que já foi investigado por crimes semelhantes no Mato Grosso

Um homem que se apresentava como treinador de futebol foi preso em Aparecida de Goiânia (GO) em uma operação deflagrada pela Polícia Civil de Goiás através Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, pelos crimes de importunação e assédio sexual contra adolescentes menores de idade.

A Operação foi deflagrada a partir da denúncia de quatro vítimas, mas só na manhã desta quarta-feira (16/4) após a prisão mais dois adolescentes se apresentaram na delegacia

para registrar novas queixas de crimes sexuais contra o treinador.

A Operação foi deflagrada a partir da denúncia de quatro vítimas, mas só na manhã desta quarta-feira (16/4) após a prisão mais dois adolescentes se apresentaram na delegacia para registrar novas queixas de crimes sexuais contra o treinador.

Durante a apuração das denúncias, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente identificou que o treinador de futebol preso já tinha sido investigado no Mato Grosso pelos crimes de



atentado violento pudor e estupro.

Fonte: correiobraziliense.com.br

Foto: Divulgação Polícia Civil / GO
Heleno F. Gouveia Filho
Beatriz F. de Gouveia

Polícia apreende dois adolescentes que incitaram tortura na internet

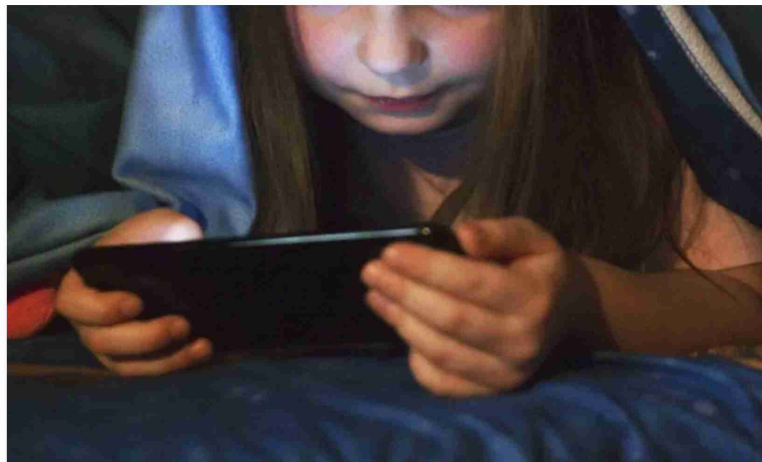
A Polícia Civil apreendeu, nesta quarta-feira (16/4), dois adolescentes (15 e 16 anos) suspeitos de incentivar automutilação e crueldade contra animais durante ao vivo pela internet. A ação faz parte da Operação Garmr, realizada pelas polícias de Minas Gerais e do Rio Grande do Norte, com o apoio do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), ligados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Houve apreensões nas cidades de Belo Horizonte e Ponte Nova, em Minas Gerais, além de mandado de busca e apreensão em Açu, no Rio Grande do Norte. Foram encontrados notebook, celular e um exemplar do livro

“História das Guerras: Dossiê Especial Hitler” com um dos alvos.

Segundo a PF, o cenário era “perturbador”. Eles administravam servidores onde aconteciam as lives. Foi identificado também o crime de propagação de discursos de ódio. Em uma das transmissões, uma suspeita de 15 anos torturou o afilhado, de cinco anos, atendendo a comandos dados pelos dois adolescentes. Em outro caso, uma adolescente foi induzida a atear fogo no próprio braço. Em um terceiro, uma menina se mutilou usando uma lâmina.

Na terça-feira, uma operação coordenada pela Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima da Polícia Civil do Rio de Janeiro (DCAV-RJ) desarticulou uma rede criminosa, de atuação nacional, voltada à



prática de crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes.

A quadrilha atuava em plataformas como Discord e Telegram, e incentivava atos violentos, como suicídio e automutilação. Além disso,

compartilhava pornografia infantil, publicava vídeos com maus-tratos a animais e incitava o cometimento de crimes de ódio.

Fonte: correiobraziliense.com.br

Foto: FREEPIK

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

Criada a Associação Paraibana de Turismo Rural

Foi oficialmente criada a Associação Paraibana de Turismo Rural – PARAITURR, com aprovação do estatuto e eleição da primeira diretoria. A iniciativa, que vem sendo articulada há alguns meses com o apoio do Sebrae-PB, tem como objetivo organizar e potencializar o setor em todo o estado, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas nas zonas rurais.

A eleição da diretoria ocorreu durante reunião com empreendedores de diversas regiões da Paraíba. A composição do grupo dirigente foi orientada pela gestora de Turismo Rural do Sebrae, Regina Amorim, que indicou nomes com representatividade regional e atuação consolidada no setor. Por votação nominal e unânime, o empresário Leonaldo Alves de Andrade foi eleito presidente da associação para o biênio 2025–2027.

“A criação da PARAITURR é uma conquista coletiva. Vamos trabalhar para estruturar a associação, ampliar a rede de associados e fortalecer o turismo rural paraibano com base nas potencialidades de cada região. A partir disso, teremos mais acesso às políticas públicas nacionais voltadas para o setor, por meio da ABRATURR”, afirmou Leonaldo Alves de Andrade.

Durante o processo de constituição da entidade foi aprovado o Estatuto Social da Associação Paraibana de Turismo Rural – PARAITURR, documento que estabelece os princípios, objetivos e diretrizes de funcionamento da associação. O estatuto define a estrutura



organizacional da entidade, as formas de associação, o funcionamento da Assembleia Geral, bem como as atribuições da Diretoria e dos Conselhos, assegurando transparência e organização institucional desde a sua fundação.

Regina Amorim, Gestora de Turismo e Economia Criativa do Sebrae Paraíba, disse que “O turismo rural na Paraíba dá um passo assertivo com a criação da Paraitaturr. A representatividade e a maturidade dos empreendedores do turismo rural contribuem para essa evolução de forma colaborativa, integrando todos os negócios do turismo rural em todas as regiões do estado. Certamente, projetos inovadores estarão na pauta das ações prioritárias, sempre considerando a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural.”

Com a formalização da diretoria os próximos passos envolvem o registro legal da associação, o início da captação de associados e a elaboração de um plano de ação que contemple projetos estruturantes, eventos e parcerias que promovam o desenvolvimento do turismo rural

no estado.

“O grande papel de uma associação é ouvir, primeiro, as demandas dos associados e o que deve ser priorizado nos projetos para se adequar a políticas públicas. De maneira desarticulada como se encontra hoje tudo se torna mais difícil. O papel da associação é ser essa ponte entre os agentes de turismo rural para fortalecer, promover e provocar demandas para se tornar políticas públicas junto ao Ministério do Turismo junto a Abratur – Associação de Turismo Rural”.

A 1ª Diretoria da Paraitaturr é formada por representantes de diversas regiões turísticas da Paraíba:

Diretoria Executiva

Presidente: Leonaldo Alves de Andrade (Brejo) – Professor aposentado da UFPB, sócio da Pousada Villa Real e do Hotel Villa do Império, presidente da Atura.

Vice-Presidente: Edson Calado (Seridó) – Restaurante Rural Olho

D'Água das Onças – Picuí.

1º Secretário: Sergeano Xavier (Cariri) – Pousada Rural Matuto Sonhador–Cabaceiras.

2ª Secretária: Samanda Silva Xavier (Vale do Piancó) – Croatá Ecoturismo – Santana dos Garrotes.

1ª Tesoureira: Cristina Freire de Araújo (Vale do Mamanguape) – Restaurante Rural O Cangaço.

2º Tesoureiro: Ricardo Câmara (Curimataú) – Agência Araruna Adventure.

Conselho Fiscal

Nadilson Vieira Valentim (Cariri) – Camping Rural Lajedo do Marinho – Boqueirão.

Karol Limeira (Vale do Mamanguape) – Hotel-Fazenda Camaratuba–Mamanguape.

Emília Mendes (Trilha dos Potiguaras) – Pousada Rural Rancho Alegre–Mataraca.

Conselho Deliberativo

Maria Júlia Baracho (Brejo) – Hotel e Engenho Triunfo–Areia.

Clair Leitão (Vale do Paraíba) – Restaurante Rural Engenho Maravilha.

Luciana Sales Alves (Vale dos Sertões) – Agência Ronildo Receptivo–Catolé do Rocha.

Maria das Neves Silva (Costa das Falésias) – Shopping Rural Doces Tambaba–Conde.

Gerlândia Costa (Vale dos Dinossauros) – Restaurante Mirante–Distrito de São Gonçalo – Sousa.

Fonte/Foto: maisturismoecultura.com.br

Luiz Felipe Moura
(colaborador autônomo)

ICOPAN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO PANAMERICANA LTDA.
CNPJ (MF) 10.833.598/0001-53 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS SÓCIOS DA ICOPAN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO PANAMERICANA LTDA. CNPJ (MF) 10.833.598/0001-53. Convocamos o sócio Espólio de VERA MARIA DUARTE REYNAUD DA SILVA a comparecer à Reunião Extraordinária dos Sócios da ICOPAN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO PANAMERICANA LTDA. (“a Sociedade”), na sua sede social situada na Rua Treze de Maio, número 586, Galpão A, no Bairro de Santo Amaro, nesta cidade do Recife, Estado de Pernambuco, a ser realizada no dia 07/05/2025, às 08:30 horas, em primeira convocação, e às 09:00 horas, em segunda convocação, para deliberar sobre a DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE, precedida de aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras do Exercício Social findo em 31/12/2024 e do Balanço Patrimonial Específico para a Dissolução da Sociedade, com o levantamento do seu Patrimônio Líquido. Recife, em 15 de abril de 2025. **Júlio Duarte Areia Filho** - Sócio Administrador.

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dólar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

Rouquidão persistente pode ser sintoma de câncer, diz especialista

Ficar com a voz rouca pode ser apenas uma das consequências de uma infecção na garganta, ou do uso excessivo das cordas vocais, mas este também é o primeiro sintoma de um problema muito mais grave: o câncer de laringe.

"Esse tipo de câncer é responsável por cerca de 2% dos tumores que afetam a população no Brasil, e, em dois terços dos casos, os tumores estão localizados na região da prega vocal. Esse tipo de câncer pode ser facilmente tratado com cirurgia ou radioterapia, se for descoberto na fase inicial, com chance de índice de cura acima de 90%. Mas há uma estimativa de que 80% dos diagnósticos de câncer de laringe no Brasil são feitos em estágios mais avançados", revela o membro da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial, Daniel Dávila.



Alerta

A associação aproveita o Dia Mundial da Voz, nesta quarta-feira (16), para reforçar o alerta de que casos de rouquidão que se prolonguem por mais de duas semanas devem ser examinados por um especialista, assim como outros sintomas que podem

parecer inofensivos como pigarro, aquela sensação de bolo na garganta, dor persistente na garganta por mais de duas semanas, nódulos endurecidos e doloridos no pescoço que algumas vezes podem vir associados a uma dor de ouvido são os principais sinais de alarme de alguma doença

mais grave", observa Dávila. O médico salienta que a vigilância deve ser ainda maior para quem faz parte de alguns grupos de maior risco.

"O principal agente etiológico para o paciente ter lesão pré-maligna na prega vocal é o tabagismo. E se esse tabagismo vier associado com o consumo de álcool existe uma sinergia entre esses fatores que pode aumentar em até 40 vezes as chances de o paciente ter um câncer de laringe", enfatiza.

O risco de desenvolver lesões cancerígenas também é maior para trabalhadores que inalam algum pó e componentes químicos. O diagnóstico inicial pode ser feito por um otorrinolaringologista por meio de exame clínico, combinado com videolaringoscopia.

Fonte: Agência Brasil
Foto: Banco Mundial/ONU/Divulgação

TECON SUAPE S.A

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras da Tecon Suape S.A. referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

20242023

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa356.626216.069

Contas a receber97.26190.900

Estoque17.74017.001

Tributos a recuperar1.05616.638

Arrendamento pago antecipadamente273273

Despesas antecipadas12.82112.575

Partes relacionadas7.5925.974

Outros créditos303497

Total do ativo circulante493.672361.927

Não circulante

Realizável a longo prazo

Aplicações em incentivos fiscais3330

Arrendamento pago antecipadamente1.5151.784

Imposto de renda e contribuição social diferidos78.55272.546

Depósitos judiciais19.76718.222

Outros créditos1.5521.734

Direito de uso1.101.6051.210.928

Imobilizado102.285103.274

Intangível633893

Total do ativo não circulante1.305.9421.409.411

Total do ativo1.799.6141.771.338

20242023

Passivo e patrimônio líquido

Circulante

Fornecedores5.8377.493

Obrigações trabalhistas e previdenciárias5.5564.838

Obrigações tributárias17.82914.925

Partes relacionadas6.2126.077

Obrigações por arrendamento199.007211.317

Dividendos a pagar2.134774

Outras contas a pagar24.89913.791

Total do passivo circulante261.474259.215

Não circulante

Obrigações por arrendamento1.144.8501.254.222

Provisão para contingências15.70214.108

Total do passivo não circulante1.160.5521.268.330

Patrimônio líquido

Capital social44.98244.982

Reserva de capital7.3887.388

Reservas de lucros325.218191.423

Total do patrimônio líquido377.588243.793

Total do passivo e patrimônio líquido1.799.6141.771.338

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Reserva de capital

Reserva de lucros

Dividendos

Capital Social

Incentivo Fiscal

Legal

Reserva Intencional

Legal

Reserva Intencional

Dividendos adicionais

Juros sobre capital próprio

Juros acumulados

Lucros

Total

Saldos em 31 de dez. de 202244.9827.3888.996155.65820.992(2.840)-235.176

Lucro líquido do exercício- - - - -106.358106.358

Aprovação de dividendos- - - - - (20.992)- (20.992)

Remuneração juros sobre cap. próprio- - - - - (27.285)- (27.285)

Destinação do lucro:

Constit. de res de lucros - inent fiscais- - - - -28.925- (28.925)

Dividendos intercalares- - - - - (48.690) (48.690)

Dividendos mínimos obrigatórios- - - - - (774) (774)

Dividendos adicionais propostos- - - - -27.969- (27.969)

Saldos em 31 de dez de 202344.9827.3888.996184.58327.969(30.125)-243.793

Lucro líquido do exercício- - - - -272.345272.345

Aprovação de dividendos- - - - - (27.969)- (27.969)

Remuneração juros sobre cap. próprio- - - - - (9.066)- (9.066)

Destinação do lucro:

Constituição de res de luc - inent fiscais- - - - -58.953- (58.953)

Dividendos intercalares- - - - - (99.381) (99.381)

Dividendos mínimos obrigatórios- - - - - (2.134) (2.134)

Dividendos adicionais propostos- - - - -111.877- (111.877)

Saldos em 31 de dezembro de 202444.9827.3888.996243.536111.877(39.191)-377.588

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação expresso em reais)

20242023

Receita operacional líquida714.171519.470

Custo dos serviços prestados(242.166)(231.041)

Lucro bruto472.005288.429

Despesas operacionais

Despesas com vendas(3.436)(1.563)

Despesas gerais e administrativas(50.114)(39.046)

Outras despesas operacionais, líquidas(37.808)(29.162)

Lucro antes das receitas e despesas financeiras380.647218.658

Despesas financeiras(88.463)(138.739)

Receitas financeiras28.99823.144

Resultado financeiro(59.465)(115.595)

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social321.182103.063

Imposto de renda e contribuição social

Correntes(54.843)(23.905)

Diferidos6.00627.200

Lucro líquido do exercício272.345106.358

Quantidade de ações44.981.92744.981.927

Lucro por ação - Reais6,052,36

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

20242023

Lucro líquido do exercício272.345106.358

Outros resultados abrangentes-

Resultado abrangente do exercício272.345106.358

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

20242023

Atividades operacionais

Lucro líquido do exercício272.345106.358

Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa:

Depreciação e amortização15.22314.736

Amortização do arrendamento165.467161.457

Amort. do arrendamento pago antecipadamente273273

Juros incorridos sobre arrendamento85.977137.798

Atualização monetária de tributos indiretos(996)(719)

Variações monetárias e cambiais, líquidas(896)359

Valor residual do ativo imobilizado baixado-177

Constituição de prov. para perdas de crédito esperadas1.200(174)

Constituição de provisão para contingências3.3292.851

Constituição de provisão para obsolescência960760

Imposto de renda e contribuição social diferidos(6.006)(27.200)

536.776396.677

(Acréscimo) decréscimo de ativos

Contas a receber(7.582)(25.651)

Estoque(1.699)(28)

Tributos a recuperar18.758(14.472)

Despesas antecipadas(246)(9.825)

Partes relacionadas(126)502

Outros créditos(1.173)(198)

7.772(49.672)

Acrescimo (decréscimo) de passivos

Fornecedores(1.622)1.280

Obrigações trabalhistas e previdenciárias718282

Obrigações tributárias38.07925.607

Partes relacionadas(464)726

Outras contas a pagar9.3734.231

46.08432.126

Caixa gerado pelas atividades operacionais590.633379.313

Amortização de juros do arrendamento(117.687)(44.978)

Imposto de renda e contribuição social pagos(35.175)(18.503)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais437.771315.452

Atividades de investimento

Aquisições de imobilizado(14.008)(15.656)

Aquisições de intangível-(6)

Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimento(14.008)(15.662)

Atividades de financiamento

Amort de principal do arrendamento portuário(146.016)(156.058)

Juros sobre capital próprio pagos(9.066)(27.285)

Dividendos propostos e pagos(128.124)(70.608)

Caixa líquido aplicado nas ativ. de financiamento(283.206)(253.951)

Acrescimo no caixa e equivalentes a caixa140.55745.839

Caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício216.069170.230

No final do exercício356.626216.069

Acrescimo no caixa e equivalentes de caixa140.55745.839

Senhores acionistas, as demonstrações financeiras completas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S, estão disponíveis na sede da Companhia na Av Portuária, s/n, Suape, no município de Ipojuca-PE.

DIRETORIA:

JAVIER FRANCISCO MARIA RAMIREZ

Diretor Presidente

CARLOS ROBERTO SILVA MIRANDA FILHO

Diretor Administrativo e Financeiro

Contador:

Adilson Francisco de Melo - CRC PE-021619/O-7

Norris reforça desconforto com McLaren e dispara: “Não sei como estou liderando a F1”

Após cometer inúmeros erros nos últimos fins de semana, Lando Norris disse que não está confortável com a McLaren e reforçou que precisa trabalhar para retomar a boa forma

Lando Norris começou a temporada 2025 da Fórmula 1 com o pé direito ao dominar a rodada de abertura na Austrália, mas não está fazendo uma campanha sólida — apesar de ser o líder do campeonato. Após sofrer uma nova derrota para Oscar Piastri no Bahrein, o titular do carro #4 falou sobre as dificuldades que enfrenta com a McLaren e disse que não sabe como ainda está no topo da tabela.

Quem olha apenas para os resultados e vê Norris com quatro pódios nas primeiras quatro corridas do ano, acredita que o começo de campanha é sólido. Porém, Lando tem o melhor carro do grid e poderia ter vencido todas as etapas até agora. No entanto, cometeu erros, principalmente na classificação, nos GPs da China, Japão e Bahrein.

A etapa em Sakir foi a pior de Lando até agora. Além da classificação ruim, em que alinhou apenas em sexto, foi punido com 5s por errar o posicionamento do carro dentro do colchete na hora da largada. Mais tarde, tentou ultrapassar Lewis Hamilton na curva 4, mas realizou a manobra por fora da pista. Depois de deixar o heptacampeão para trás, sofreu superar Charles Leclerc e não conseguiu tomar o segundo lugar de George Russell nas voltas finais.



Mesmo com as inúmeras trapalhadas, Norris cruzou a linha de chegada do GP do Bahrein em terceiro e conseguiu um resultado bom o suficiente para se manter três pontos à frente do vice Piastri no Mundial de Pilotos. Porém, garantiu que não sabe como lidera o campeonato, uma vez que não está confortável com o carro da McLaren.

“Terminar em terceiro, somar mais pontos, manter a liderança do campeonato e fazer uma recuperação decente foi bom, mas não estou feliz com o resultado. Não foi horrível, mas o melhor possível era um segundo lugar. Mas compliquei minha vida com muitos erros na largada, com o lance do [Lewis] Hamilton. Estou liderando o campeonato no

momento, mas não sei como. Então estou surpreso”, destacou Norris.

“Só preciso manter a cabeça baixa e continuar trabalhando duro, porque não estou confiante, não estou confortável, e sei o que posso fazer. Sei o que posso alcançar. É que as coisas não estão dando certo e preciso, de alguma forma, descobrir

por que não estão dando certo, mas não está sendo fácil”, finalizou Norris.

A Fórmula 1 volta de 18 a 20 de abril em Jedá, palco do GP da Arábia Saudita, quinta etapa da temporada 2025.

Fonte: grandepremio.com.br
Foto: Reprodução

CIA. DE TERRENOS PRAZERES - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ (MF) 10.859.395/0001-36
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Acionistas da CIA. DE TERRENOS PRAZERES, em liquidação, a se reunirem no próximo dia 06/05/2025, às 09:00 hs, em primeira convocação, e às 09:30 hs, em segunda convocação, no Salão Recife 1, localizado no piso da recepção do Hotel Transamérica, na Avenida Boa Viagem, 420, Boa Viagem, Recife, Pernambuco, em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial do exercício social findo em 31/12/2024, documentos estes que foram publicados na Central de Balanços, na forma permitida pelo Artigo 289, da Lei n. 6.404, de 15/12/1976, com a redação dada pela Lei n. 13.518, de 24/04/2019, e no Diário da Manhã, em suas edições de 25/03/2025. 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício social findo em 31/12/2024. 3. Dar sequência à Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 04/12/2024, que foi regularmente instalada nesta referida data, com a presença de mais de 2/3 dos acionistas, para deliberar sobre as matérias constantes do Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Diário da Manhã em suas edições de 23/11/2024, 26/11/2024 e 27/11/2024, que foi suspensa, após a deliberação sobre a tomada de contas dos administradores, com o exame das demonstrações financeiras e dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, que foram aprovados, sem reservas ou ressalvas, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, deliberado, ainda, que os prejuízos acumulados deverão ser absorvidos nos termos da legislação vigente, tendo os demais assuntos constantes da Ordem do Dia desta referida Assembleia Geral Extraordinária ficados suspensos para serem apreciados quando da reinstalação da mesma Assembleia Geral Extraordinária, mediante simples comunicado aos acionistas presentes através de e-mail enviado a cada um dos mesmos acionistas, então presentes, o que foi feito, com a indicação da nova data, do horário e do local para a continuidade dos trabalhos, convocação esta de reinstalação que é confirmada neste Edital de Convocação para conhecimento de todos os acionistas da companhia. 4. Proceder à eleição dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, em face do término do prazo dos mandatos dos atuais membros. 5. Tratar de assuntos do interesse social e que sejam conexos, correlatos ou consequentes das matérias antes mencionadas. Recife, 08 de abril de 2025. Diretores: Helena Maria de Castro Chaves e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão.

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dólar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

Pejotização tem impacto nefasto sobre arrecadação, afirma governo

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) alertou que autorizar a chamada pejotização de trabalhadores pode ter “consequências nefastas” sobre a arrecadação fiscal e o custeio da Previdência.

A pejotização ocorre quando uma empresa contrata um prestador de serviço como pessoa jurídica com o objetivo de mascarar uma relação trabalhista. Com isso, o trabalhador e o contratante evitam o pagamento de encargos trabalhistas.

“Tal artifício aniquilaria o dever que vincula profissionais liberais qualificados ao pagamento de imposto de renda”, frisou a PGFN. “E desfalcaria o caixa da Previdência Social, afastando-se a incidência da contribuição social patronal”, acrescentou o órgão, um dos braços da Advocacia-Geral da União (AGU).

Polêmica

O fenômeno da pejotização voltou a ganhar destaque no noticiário com a decisão do ministro Gilmar Mendes, que, na segunda-feira (14), decidiu suspender o andamento de todos os processos sobre o tema, em todos os tribunais do país. A polêmica, contudo, não é nova para juristas e economistas.

Estudo publicado no ano passado pelo professor Nelson Marconi, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, estima que a pejotização teve impacto de R\$ 89 bilhões sobre a arrecadação fiscal de 2017, quando foi aprovada a terceirização da atividade-fim das empresas até o fim de 2023.

O economista estimou que esse impacto pode superar os R\$ 380 bilhões caso a pejotização



avance e venha a alcançar a metade dos trabalhadores com carteira assinada.

“Assim, ressaltamos que a perda de receita decorrente da pejotização causa impacto relevante nas contas públicas. É um importante aspecto a considerar quando são analisados os efeitos da flexibilização ampla pretendida para o mercado de trabalho na direção de possibilitar situações de violação à legislação trabalhista”, assegurou Marconi no estudo.

Motivação fiscal

No parecer enviado ao Supremo sobre o tema, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional alertou que a pejotização afeta, sobretudo, trabalhadores mais qualificados, de maior salário, o que potencializa o impacto fiscal e previdenciário desse tipo de fraude contratual.

Isso porque tais profissionais podem deixar de pagar o Imposto de Renda e seus contratantes não precisam fazer os recolhimentos usuais para a Previdência Social.

“Tal artifício aniquilaria o dever que vincula profissionais liberais qualificados ao pagamento

do Imposto de Renda – a tributação de tais empresas unipessoais tende a ocorrer, de forma extraordinariamente favorecida, no âmbito do Simples Nacional, ao mesmo tempo em que são isentos os dividendos e lucros distribuídos ao controlador – e desfalcaria o caixa da Previdência Social, afastando-se da incidência da contribuição social patronal”, explicou o procurador da Fazenda Carlos de Araújo Moreira, que assina a manifestação da PGFN.

O parecer do órgão foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (foto) em abril de 2023, num processo em que um trabalhador buscava, no STF, reverter decisão que negou o vínculo empregatício dele com uma empresa de telecomunicações.

“Para evitar tais consequências nefastas, entende a União que a livre iniciativa, no direito do trabalho, deve ser compatibilizada com o estrito

respeito e cumprimento do disposto nos artigos 3º, 9º e 442º, todos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), preservando-se o princípio da verdade real na justiça do trabalho”, opinou a PGFN.

Entenda

A polêmica sobre a pejotização é alvo de embates no Supremo ao menos desde 2018, quando o plenário decidiu, por maioria, autorizar empresas a contratarem terceirizados para suas atividades-fim, e não só para áreas de apoio como limpeza, contabilidade ou vigilância.

Com essa decisão, diferentes empresas passaram a abrir centenas de processos no Supremo, alegando que os vínculos de trabalho formal reivindicados por supostos funcionários são indevidos, uma vez que os serviços foram prestados sob contratos regulares de terceirização.

Desde então, milhares de decisões foram proferidas por diferentes ministros do STF para derrubar vínculos de trabalho formal que haviam sido reconhecidos pela Justiça do Trabalho.

No despacho de segunda-feira, Gilmar Mendes reclamou do “reiterado descumprimento” da decisão em que o Supremo autorizou a terceirização.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Fabio Rodrigues

Pozzebom/Agência Brasil

São Francisco Têxtil S.A.

CNPJ/MF Nº 02.710.680/0001-62/NIRE 26.3.0001069 1
Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste – FINOR

Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social da companhia, na Rua Ricardo Soares Coelho, nº100, Centro, CEP 56308-100, Petrolina, Pernambuco, no dia 30 de abril de 2025, às 09h00min, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) Tornação de conta dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (ii) Deliberação sobre o resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024; (iii) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da sua remuneração global anual; e (iv) Apreciação de eventual pedido de instalação de conselho fiscal, e se for o caso, eleição de seus membros e fixação de respectiva remuneração. Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Solicitamos o envio de cópias do instrumento de procuração e atos societários, quando se tratar de pessoa jurídica, com no mínimo 72 horas de antecedência da Assembleia. Petrolina/PE, 14 de abril de 2025. **Jair Antônio Covolan** - Diretor Presidente. (15, 16 e 17/04/2025)

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dólar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

INFORMATIVOS SINDAPE

SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPER Fundado em 15 de fevereiro de 1989 Registro Sindical (MTE - CNES)-Nº243.330.008421/90-53 CNPJ - 24.130.684/0001-04 Endereço: Rua do Sol, 357 bairro do Carmo, OLINDA-PE. – OLINDA/PE- CEP -53.140.080 CEP- 53. 129.010 - TeleFax: (81)9.99780605 BLOG: www.sindaper.blogspot.com.br Email: sindapeorg@gmail.com NOTÍCIAS SINDICAIS - SINDAPER ***** ÓRGÃO NOTICIOSO DO SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO- SINDAPER- PRESIDENTE BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS- DIRETORA DE COMUNICAÇÃO-/- MILENA MARIA MUNIZ XAVIER- CEL – 9.9442.7877 - /- SECRETÁRIO GERAL-EDWALDO GOMES DE SOUZA- CEL.9.9978.0605- EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA DAS 9:00 ÀS 17:00- REUNIÃO DA TERÇA-FEIRA DAS 9 AS 12 HORAS DA MANHÃ - EDIÇÃO DE 01 DE MARÇO DE 2025. PUBLICAÇÃO- AOS SÁBADOS NO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ-CEL.9.87924973 ATENÇÃO: INFORMAA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: O SINDICATO ESTARÁ EM BREVE NA REDE SOCIAL COM ENDEREÇO NA RUA DO SOL, 357 – OLINDA CARMO- ATENÇÃO: FILIAR-SEAO SINDAPER, É DEFENSOR Nossos DIREITOS DE ADVOGADO/A. (ART. 8º. III- C.F). DO ESTATUTO DO SINDAPER- ART. 2º -IV – INTEGRAA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO ENTIDADE COMPROMETIDA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, O BEM ESTAR SOCIAL. “DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA: “CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO”-ART. 16º, NOTA IMPORTANTE – O SINDICATO ENCONTRA-SE EFETIVAMENTE REGISTRADO, NA FORMA DO ESTATUTO SOCIAL, EM VIGOR, CONFORME A ATA DA REUNIÃO-DA-ASSEMBLÉIA-GERAL-EXTRAORDINÁRIA -DATADA DE 19 DE SETEMBRO/2024, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 3472 DE 04 DE OUTUBRO DE 2023 NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO EM BRASÍLIA DF. E COM O PROTOCOLO Nº. 250669, DE 03/05/2024 E RECEITA FEDERAL, EM BRASÍLIA- DF. E DEVIDAMENTE AVERBADA NO CARTÓRIO DO 2º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE OLINDA/PE FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI – OFICIAL. DA REUNIÃO DAS TERÇAS FEIRAS- NÃO HOUE À REUNIÃO EM 14/DE/FEVEREIRO /2025 – REUNIÃO INFORMAL DAS TERÇAS-FEIRAS- VIRTUAL E PRESENCIAL ÀS 10:00-HS. AS REUNIÕES COM OS MEMBROS DA DIRETORIA EXCUTIVA- (-QUE ESTÃO SENDO REALIZADA NA SEDE DA OAB/OLINDA-) – TEMPORARIAMENTE, ENQUANTO TOMAREMOS POSSE DE NOSSA SEDE PRÓPRIA NA CIDADE DE OLINDA NA RUA DO SOL, 357- BAIRRO DO CARMO. NOTA: TEMA DA REUNIÃO-(QUE FOI REALIZADA NA TERÇA-FEIRA – 14/01/2025) ATA REGISTRADA NO 2º. CARTÓRIO DE OLINDA/PE, DEVIDO A NECESSIDADE DA ENTIDADE SINDICAL DE OBTER RECURSO ATRAVÉS DA ANUIDADE QUE SERÁ COBRADA, O MOTIVO DA REUNIÃO , FOI DE FIXAR O VALOR DE R\$ 30,00 POR MENSAL, OU ANUAL EM R\$ 360,00, PAGO ATRAVÉS DO PIX PERANTE O BANCO SANTANDER AGENCIA DO BRASIL= AGENCIA 4001- AV. ALFREDO LISBOA,13,BAIRRO-DO-RECIFE-CEP-50.030.160- RECIFE,EM-IGUAL FORMULÁRIO AO ANTERIOR E QUE FOI APROVADO, NESTA REUNIÃO, PELOS MEMBROS DA EXECUTIVA DO SINDAPER PRESIDIDA POR BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS; EDWALDO GOMES DE SOUZA- SECRETÁRIO GERAL; ERIKA PATRICIA FELIX DA SILVA, ATUALMENTE RESPONDENDO PELA TESOUREARIA-: QUE O VALOR DA ANUIDADE ACIMA EXPOSTO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, QUE SERÁ REMETIDO AOS FILIADOS VIA CORREIOS AOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, CUJO “OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS DA SEGUINTE MANEIRA: O DEPÓSITO A CRITÉRIO DO(A) FILIADO(A), EM QUALQUER AGENCIA DO BANCO SANTANDER BRASIL S/A - ANUIDADE – 2025 – VALOR R\$ 30,00 POR MÊS 1º.) EM ÚNICA PARCELA R\$ 360,00 (EM QUALQUER DATA) // 2º. Em 2 (duas) Parcelas de R\$ 180,00,00- (Meses=(JAN/FEV) a 3º. Referente aos MESES =,MAR, ABR, MAI e JUN = R\$ 120,00//4º)-Em3(três)Parcelas-de-R\$ 90,00,com-VENCIMENTOS:Em JUL;/AGO;/SET;/OUT;/NOV;/DEZ=2025. NA OPÇÃO DE UMA DAS MENSALIDADES – PODERÁ SER DEPOSITADA NA AGÊNCIA principal do BANCO.(AGÊNCIA-(4001)AV. ALFREDO LISBOA, 13-BAIRRO DO RECIFE/PE. NOTA: FORMA DE PAGAMENTO PELO PIX, 021.367.084-49 COM O VALOR EQUIVALENTE A MENSALIDADE OPTADA ou na CONTA Nº. 02013703-1 sob a responsabilidade da DIRETORA TESOUREIRA ERICA PATRICIA FELIX DA SILVA.” AOS ADVOGADO/A/S -A Categoria Profissional Diferenciada, conforme preceitua o artigo 511 da CLT é aquela formada por empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de Estatutos Profissionais Especiais, sendo a competência da Justiça do Trabalho as Entidades Sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais. O art. 133 –Constituição Federal, o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. AS FUNÇÕES DO SINDICATO - As principais funções de um Sindicato são proteger, defender e apoiar os interesses comuns dos membros, atuando como um mediador entre os trabalhadores e as organizações para as quais eles/trabalham. PATRONO DA ADVOCACIA - RUY BARBOSA: "EM TODAS AS NAÇÕES LIVRES, OS ADVOGADOS SE CONSTITUEM NA CATEGORIA DE CIDADÃOS QUE MAIS PODER E AUTORIDADE EXERCEM PERANTE A SUA SOCIEDADE"; FRASE CELEBRE-“ANTES DE COMEÇAR A CRITICAR OS DEFEITOS DOS OUTROS, ENUMERA AO MENOS DEZ DOS TEUS.”ABRAHAM LINCOLN TRIBUNA-DO-ADVOGADO-(A) –SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDAPER - NOTA (Este espaço é reservado para o/a ADVOGADO(A) fazer valer suas prerrogativas com críticas pertinentes e reclamações a respeito do funcionamento da ciência-jurídica-e-o-DIREITO.)). NOSSA-OPINIÃO- Saque-aniversário “Criada em 2019 e em vigor desde 2020, a modalidade do saque-aniversário permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do fundo do FGTS a cada ano, no mês de aniversário.Em troca, o trabalhador não poderá sacar o valor depositado pela empresa em caso de demissão sem justa causa, apenas a multa rescisória. O período de saques começa no primeiro dia útil do mês de aniversário do trabalhador. Os valores ficam disponíveis até o último dia útil do segundo mês subsequente. Caso o dinheiro não seja retirado no prazo, volta para as contas do FGTS em nome do trabalhador. Governo Lula,também anuncia primeira vacina 100% nacional contra a dengue e reforça parcerias na Saúde.” NOTICIA-Sentença por IA: inovação necessária ou ameaça à essência do.Direito? O Direito, como ciência social aplicada, sempre refletiu as transformações da sociedade. Desde os primórdios da civilização, a construção de juízes e sentenças foi moldada por valores humanos, culturais e éticos. No entanto, o mundo atual, marcado pela revolução tecnológica, coloca novos desafios para o Direito. A inteligência artificial (IA) emerge como uma ferramenta poderosa, capaz de analisar dados, redigir textos e até sugerir argumentos jurídicos. Mas até que ponto a IA pode participar da elaboração de sentenças sem comprometer os princípios fundamentais do Direito? Essa questão ganhou destaque recentemente, quando uma decisão judicial foi contestada não por seu mérito, mas por sua suposta autoria: uma sentença que teria sido redigida por IA, mais especificamente pelo ChatGPT. Nesse contexto, é oportuno recordar as palavras de Hans Kelsen, em sua obra Teoria Pura do Direito: “O Direito é uma ordem normativa da conduta humana, um sistema de normas que regula o comportamento.” Kelsen defendia que o Direito deve ser compreendido como um sistema dinâmico, construído por decisões humanas que refletem valores sociais e éticos. A introdução de IA na elaboração de sentenças, portanto, pode ser vista como uma contradição à sua teoria, pois substituiria a vontade humana por algoritmos, despersonalizando o processo decisório. Recentemente, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) julgou um caso peculiar: uma parte contestou uma sentença, alegando que ela havia sido redigida por inteligência artificial. A argumentação foi embasada em uma consulta ao ChatGPT, que indicou uma “probabilidade média a grande” de o texto ter sido gerado por IA. O TJ-SP, contudo, considerou o pedido infundado e negou o recurso por insuficiência probatória. Esse episódio, além de peculiar, suscita uma questão fundamental: quais são os impedimentos legais à elaboração de sentenças por IA, e quais os impactos dessa prática para a comunidade jurídica? A inteligência artificial tem transformado diversas áreas, e o Direito não é exceção. Essas ferramentas são capazes de analisar vastos volumes de dados, elaborar documentos e até sugerir argumentos jurídicos com base em jurisprudência e doutrina. No entanto, quando se trata da redação de sentenças, a fronteira entre o progresso tecnológico e a violação de princípios jurídicos torna-se tênue. Embora a IA possa ser uma aliada na automação de tarefas repetitivas, sua utilização para a tomada de decisões judiciais representa um risco significativo. A Constituição e o Código de Processo Civil estabelecem princípios que podem ser interpretados como obstáculos legais à elaboração de sentenças por IA. O princípio da fundamentação das decisões judiciais (artigo 93, IX, CF/88) exige que o magistrado demonstre de forma clara e lógica como chegou à conclusão apresentada. Uma decisão redigida por IA, por mais bem estruturada que pareça, não reflete o raciocínio humano, o que pode configurar uma violação desse princípio. Ademais, o dever de independência e imparcialidade do juiz (artigo 95, CF/88) pode ser comprometido, uma vez que a IA não possui capacidade de julgar com base em valores humanos, como a empatia e a sensibilidade. Riscos à integridade-Outro aspecto crucial é a responsabilidade do magistrado (artigo 133, CPC). Se uma sentença for elaborada por IA, quem responde por eventuais equívocos ou injustiças? A falta de clareza nessa questão pode gerar um vácuo de responsabilidade, minando a confiança no sistema judiciário. Por fim, a segurança jurídica pode ser comprometida, já que a IA pode produzir decisões inconsistentes ou baseadas em vieses presentes em seus dados de treinamento. A adoção de IA para redigir sentenças não apenas viola princípios legais, mas também representa uma série de desafios para a comunidade jurídica. Um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2022 revelou que 76% dos magistrados brasileiros veem a IA como uma ferramenta útil para tarefas auxiliares, como pesquisa jurisprudencial e redação de minutas, mas apenas 15% apoiam sua utilização na elaboração de sentenças. Em termos de eficiência, a IA poderia reduzir o tempo médio de tramitação de processos em até 30%, segundo projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No entanto, esse ganho de eficiência pode ser anulado pelos riscos de decisões inconsistentes ou discriminatórias. Um exemplo preocupante é o caso dos vieses algorítmicos: em 2021, um estudo da Universidade de Stanford mostrou que sistemas de IA treinados com dados históricos tendem a reproduzir padrões discriminatórios, como preconceitos raciais e de gênero, presentes nesses dados. A discussão não deve ser vista como uma mera curiosidade tecnológica, mas sim como uma questão que toca o cerne da atividade jurídica. Enquanto a IA pode ser uma ferramenta útil para otimizar processos e auxiliar na pesquisa jurídica, sua utilização para redigir sentenças representa um risco significativo para a integridade do sistema judiciário. A comunidade jurídica deve estar atenta a esses desafios e buscar um equilíbrio entre a inovação tecnológica e a preservação dos princípios fundamentais do Direito. Hans Kelsen ressaltou que o Direito é fruto da vontade humana e da razão. Decisões judiciais não são meras aplicações mecânicas de normas; são construções complexas que exigem sensibilidade, experiência e discernimento. A substituição do juízo humano pelo algoritmo pode representar um retrocesso, afastando o Direito de sua missão primordial: promover justiça e equidade. Portanto, a comunidade jurídica deve encará-la com cautela e responsabilidade. A inovação tecnológica deve ser bem-vinda, mas sempre subordinada aos princípios éticos e legais que garantem a confiança no sistema judiciário. Afinal, o Direito não é apenas um conjunto de normas; é uma expressão da humanidade em sua busca incessante por justiça. E, nessa busca, a máquina jamais poderá substituir o coração e a mente do ser humano. Estaria Kelsen correto ao defender que o Direito é intrinsecamente humano?POR: Mabel Cristina Santos Guimarães é advogada de inovação jurídica, UX Jurídica, Legal Storyteller, pós-graduada em Direito Administrativo (UFPE) e LegalTech: Direito, inovação e startups (PUC), especialista em Business Analytics e Ciência de Dados (UNICAP) e Soft Skills (University of Chicago), sócia do Urbano Vitalino Advogados, colunista da Revista Paradigma e premiada como Expressão Brasil 2022 e 2024. - 24 de fevereiro de 2025 – REVISTA CONJUNTURA JURIDICA. NOTÍCIAS -SOB AS LUZES-Dino exalta protagonismo do STF e avanços nos critérios de transparência de emendas Pix Nos últimos 20 ou 30 anos, o Supremo Tribunal Federal ganhou um protagonismo inédito, e que veio para ficar. Alguns podem não gostar, mas todos concordam que não é possível imaginar um Supremo omissivo, um Supremo amedrontado. Flávio Dino deu uma aula magna na PUC-SP na noite desta segunda-feira, 24/02/2025. Essa análise é do ministro Flávio Dino, do STF, que concedeu entrevista coletiva antes de proferir uma aula magna na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na noite desta segunda-feira (24/2). Ao comentar as regras impostas pela corte para o pagamento das emendas Pix, um tema que está sob sua relatoria, Dino lembrou que a separação entre os poderes estabelecida na Constituição é maleável. “Não cabe ao STF decidir se a emenda Pix é algo bom ou ruim, mas cabe ao Supremo impor critérios, balizas constitucionais para adequar esse instrumento ao texto constitucional.” Segundo o magistrado, a controvérsia em torno das emendas Pix não deve ser resolvida tão cedo. “Estamos avançando. Antes não havia transparência e nem regras para a liberação das emendas Pix”. Dino é relator da ADI 7.697, ajuizada pelo PSOL, que questiona os critérios para liberação das emendas impositivas. Julgamento de Bolsonaro no Supremo Ao comentar o pedido de impedimento anunciado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra ele, Dino se limitou a dizer que não lhe cabe falar sobre algo que não foi julgado. O ministro também disse que os advogados têm o direito de propor essa tese e que o assunto será julgado pelo STF no momento certo. Ele também defendeu a competência da 1ª Turma do tribunal para julgar Bolsonaro, já que a tramitação nesses moldes está prevista no regimento do STF. Para Dino, o Plenário do Supremo deve primeiro tomar uma decisão sobre a mudança de regimento para só depois julgar o ex-presidente. POR: Rafa Santosé repórter da Revista Consultor Jurídico. EM 24 de fevereiro de 2025 FONTE: REVISTA CONJUN. NOTICIA- NOTÍCIAS- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- CONVÊNIOS- R-E-L-A-Ç-ÃO-O-D-O-S-C-O-N-VÊ-N-I-O-S E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO -PARA O O SEU CELULAR- COM ATENDIMENTO À DOMICÍLIO A FIRMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DECEULAR, ATENDE AO SEU CHAMADO. BASTA TELEFONAR PARA (810 8735.0443 E 9521.4278- OU NA RUA DR. AMARO PEDRO S/N BAIRRO DE SANTO ANTONIO – RECIFE/PE- AO LADO DA CAIXA ECONÔMICA- GUARARAPES, -BOX 1. FALAR COM 2RICARDO JOÃO DO NASCIMENTO. CONVÊNIO COM ÓTICA - “PONTO ÓPTICO”- RUA GERVÁSIO PIRES , 134 – BOA VISTA RECIFE- FONE/FAX (81) 3421.1153- E-MAIL: EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COM EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COMQUE OFERECE BONS DESCONTOS AOS ADVOGADOS- VISITE PARA MELHORAR SUA VISÃO CONVÊNIO COM DICCACURSOS - O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO. HORÁRIO. TELS. 99785744 /8514.3965. CONVÊNIO GRÁFICA E EDITORA REAL LTDA –RUADAAURORA, 573 LOJA 04 EDF. CAETES. BOA VISTA. FONE: 3222.4266. DESCONTO DE 10%. CONVÊNIO CLÍNICAODONTOLÓGICA –DRA, CLÁUDIA GUERRA-CONSULTORIO –CLÍNICA GERAL- RUA NOVA, 225 – 4º ANDAR SL. 404-EDF. SOLIMÕES. ENTRADA PELA RUADA FLORES – SANTO ANTONIO – RECIFE- - TELS: 3028. 33331 /87 95.2366 – DESCONTOS PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS. PORAPENAS R\$ 200,00 MENSAIS (TARDE/NOITE) – AV. MONTEVIDÉU, 96. ABATIMENTO DE 15% PARA ADVOGADOS -FONE 3038.0172/3039.2693- EMAIL.CONTATO@DICCACURSOS.COM.BR CONVÊNIO COM A COPIADORA E GRÁFICA RÁPIDA-END. RUA ENGENHO UBALDO GOMES DE MATOS, 27 – SANTO ANTONIO –RECIFE-PE- TELES. 3082.51.02 // 9963.6966. –DESCONTO DE 10% EM TODOS OS SERVIÇOS.CONVÊNIO COM O TAPETES DE 8VINIL PERSONALIZADO- RESPONSÁVEL ELINÉ FELIPE – FONES: 9241.0417 // 8762.2995- DESCONTO DE 10%. CONVÊNIO CLINICA PSICOTERAPEUTICA ASSOCIADOS DO RECIFE- E- CLINICA PSICANALITICA SONIA COELHO AMBAS NA RUA DO RIACHUELO 325 SALA 217 – BOA VISTA. COM 20 % ABATIMENTO PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. CONVÊNIO O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO COMAACADEMIATENAS – VÁRIAS MODALIDADES DE GINÁSTICAS. LOCALIZADA NA RUAPRUDENTE DE MORAIS, 92- FONE: 3242.4727- HIPÓDROMO/CAMPO GRANDE-RECIFE. O FILIADO AO SINDICATO GOZA DE ABATIMENTOS DE 20% CONVÊNIO COM A OTICA SMONTE SINAI – COM ENDEREÇO NA AV. GUARARAPES, 86 – BAIRRO SANTO ANTONIO- RECIFE. TEL 3224.1455- COM ABATIMENTO DE 20 A 30% EM QUALQUER TIPO DE ÓCULOS DE GRAU E ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, LENTES DE CONTATO. COM ENTREGA RÁPIDA.CONVÊNIO CLÍNICA PSICOLÓGICA –DRA. JEANINE VALENÇA CAVALCANTI – RUARIACHUELO, 105 S/908 – BOA VISTA. NAS 2º, 3º E 4º FEIRAS. MARCAR.

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

	Dólar Comercial : 5,1620
	Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989

3224-6967/3424-6967

(81) 99871-0165